

RTA-142-2019

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o
relatório dos auditores independentes**

RTA-142-2019

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 25 de março de 2019.

À

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.
Sertãozinho SP

Atenção da **Diretoria**

Prezados Senhores:

Encaminhamos as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes



Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos iretores da
Rodrigues Leira Odontologia Ltda.
Sertãozinho SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodrigues Leira Odontologia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodrigues Leira Odontologia Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 1º de fevereiro de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi

CRC 1SP137183/O-8

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>		<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Disponível		33.809	16.534	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	7	833	6.223
Aplicação financeira	4	251.311	288.977	Débitos de operação de assistência à saúde		275	-
Contraprestações pecuniárias a receber	5	130.663	127.237	Tributos e encargos sociais a recolher	8	24.294	20.977
Créditos de operações de assis. à saúde não relac.a planos de saúde da operadora		8.792	165	Débitos diversos	9	89.177	94.997
Créditos tributários e previdenciários		22.920	18.267	Total do passivo circulante		114.579	122.197
Bens e títulos a receber		12.080	323				
Total do ativo circulante		459.575	451.503				
				Patrimônio líquido			
Não circulante				Capital social		281.502	281.502
Imobilizado de uso	6	5.095	7.541	Lucros acumulados		69.117	56.779
Intangível		528	1.434	Total do patrimônio líquido	10	350.619	338.281
Total do ativo não circulante		5.623	8.975				
Total do ativo		465.198	460.478	Total do passivo e do patrimônio líquido		465.198	460.478

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contraprestações efetivas / prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		1.514.307	1.373.074
Receitas com operações de assistência à saúde		1.601.909	1.448.551
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(87.602)	(75.477)
(-) Eventos / sinistros conhecidos ou avisados		(513.889)	(474.706)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		1.000.418	898.368
Receitas de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		53.354	82.440
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		-	(4.844)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde		(35.448)	(21.170)
Resultado bruto		1.018.324	954.794
Despesas de comercialização		(23.767)	(19.597)
Despesas administrativas	11	(966.443)	(923.371)
Resultado financeiro líquido	12	(11.925)	6.812
Receitas financeiras		17.857	27.158
Despesas financeiras		(29.782)	(20.346)
Resultado antes dos impostos		16.189	18.638
Imposto de renda		(2.407)	(2.677)
Contribuição social		(1.444)	(1.606)
Lucro líquido do exercício		12.338	14.355

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>12.338</u>	<u>14.355</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>12.338</u>	<u>14.355</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Capital social	Lucro acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	281.502	42.424	323.926
Lucro líquido exercício		14.355	14.355
Saldos em 31 de dezembro de 2017	281.502	56.779	338.281
Lucro líquido do exercício		12.338	12.338
Saldo em 31 de dezembro de 2018	281.502	69.117	350.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.338	14.355
Ajuste do resultado do exercício:		
Depreciações e amortizações	3.352	3.770
Provisão para perdas sobre créditos	854	3.982
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(5.390)	2.487
Redução (aumento) nos ativos:		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(4.280)	(26.381)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados a planos de saúde da operadora	(8.627)	2.805
Créditos tributários e previdenciários	(4.653)	-
Bens e títulos a receber	(11.757)	1.003
Aumento (redução) nos passivos:		
Tributos e encargos sociais a recolher	3.317	(67)
Débitos de operação de assistência à saúde	275	-
Débitos diversos	(5.820)	16.848
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>(20.391)</u>	<u>18.802</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	-	(2.939)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(2.939)</u>
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(20.391)</u>	<u>15.863</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	285.120	305.511
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	305.511	289.648
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(20.391)</u>	<u>15.863</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

1 Contexto operacional

A Rodrigues Leira Odontologia Ltda., é uma sociedade limitada, com personalidade jurídica de direito privado, sediada em Sertãozinho SP. A Empresa tem como objetivo operar planos privados de assistência odontológica, individual, familiares e coletivos, através de clínicas odontológicas próprias ou mediante contratação e/ ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolso de despesas odontológicas feitos a seus beneficiários. A Empresa possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob nº 41.524-3.

A Empresa utiliza o nome fantasia como “Sermed – Odonto”, devido parceria efetuada com a empresa na área da saúde.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 1º de fevereiro de 2019.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo tem sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Apuração do resultado

As receitas, despesas e custos são registrados conforme o regime de competência dos exercícios.

b Instrumentos financeiros e derivativos

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com sua política contábil e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Empresa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Empresa. Conforme determinação da ANS o grupo titulado “Disponível” é representado pelos numerários em caixa e bancos conta movimento.

d Aplicação financeira

Está demonstrada ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A aplicação financeira está classificada como livre e é resgatável no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

e Contraprestações pecuniárias a receber e créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços odontológicos. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de preço pré-estabelecido e 90 dias para os demais planos. A Administração da Empresa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis.

O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Empresa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

h Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores) e débitos de operação de assistência à saúde

Representadas pelos valores relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados para a Empresa em atendimento aos usuários dos serviços de odontologia.

i Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

j Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes.

l Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4 Aplicação financeira

Modalidade	2018	2017
Certificados de depósitos bancários - CDB	251.311	288.977

A aplicação financeira é de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representada substancialmente por certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2018	2017
Contraprestações pecuniárias a receber	136.664	132.384
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(6.001)	(5.147)
	130.663	127.237

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

6 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Depreciação		2018	2017
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	19.109	(18.606)	503	807
Equipamentos odontológicos	10%	58.521	(56.217)	2.302	3.378
Equipamentos informática	20%	31.603	(29.313)	2.290	3.356
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	9.913	(9.913)	-	-
		119.146	(114.049)	5.095	7.541

b Movimentação do custo histórico

Não houve aquisição de ativo imobilizado no exercício de 2018.

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2017	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Móveis e utensílios	(17.992)	(310)	(18.302)	(304)	(18.606)
Equipamentos odontológicos	(53.960)	(1.184)	(55.144)	(1.073)	(56.217)
Equipamentos informática	(26.877)	(1.369)	(28.246)	(1.067)	(29.313)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(9.913)	-	(9.913)	-	(9.913)
	(108.742)	(2.863)	(111.605)	(2.444)	(114.049)

A Administração da Empresa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, nos exercícios, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

7 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2018	2017
Provisão de eventos a liquidar (i)	833	6.223

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a constituição, a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais.

A Empresa está sujeita a apresentar patrimônio mínimo ajustado no montante de R\$ 32.424 e Margem de Solvência, atualmente estimada em R\$ 321.542. A suficiência da margem de solvência é de R\$ 29.076.

(i) A provisão para eventos a liquidar de operações de assistência à saúde representam valores relativos a prestação de serviços odontológicos efetuados para a Empresa em atendimento aos usuários dos serviços odontológicos, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

É facultativa a constituição da PEONA para as Operadoras exclusivamente do segmento Odontológico, em optando pela constituição, é indispensável o prévio encaminhamento de sua metodologia de cálculo, definida em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP, para análise e aprovação da DIOPE, passando a ser obrigatória a partir da data da efetiva aprovação.

8 Tributos e contribuições a recolher

Descrição	2018	2017
ISS	3.102	2.597
COFINS	4.250	4.026
PIS	691	654
INSS	14.413	11.990
FGTS	784	748
IRRF	448	-
IRPJ	-	301
CSLL	415	635
Impostos retidos	126	26
Contribuição sindical	65	-
	24.294	20.977

9 Débitos diversos

Descrição	2018	2017
Obrigações com pessoal	17.975	16.031
Fornecedores	71.202	75.544
Adiantamento de cliente	-	3.422
	89.177	94.997

10 Patrimônio líquido

a Capital social

Totalmente integralizado, é composto por 281.502 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00. O lucro por cota em 2018 foi de R\$ 0,04 (R\$0,05 e em 2017).

b Lucros (prejuízos) acumulados

Os lucros são distribuídos e ou destinados conforme deliberação dos sócios e Contrato Social.

Os prejuízos são amortizados com lucros acumulados/ futuros.

11 Despesas administrativas

Descrição	2018	2017
Pessoal	(170.035)	(179.821)
Serviços de terceiros	(388.301)	(377.333)
Localização e funcionamento	(382.784)	(336.372)
Propaganda e publicidade	(13.190)	(8.682)
Despesas com tributos	(12.111)	(21.163)
Diversas	(22)	-
	(966.443)	(923.371)

12 Resultado financeiro líquido

Descrição	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	15.659	25.025
Descontos obtidos	6	-
Juros recebidos	2.192	2.133
	17.857	27.158
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(12.253)	(8.279)
Juros pagos	(210)	(18)
Multas pagas	(124)	(298)
Despesas bancárias	(16.549)	(11.751)
Outras despesas financeiras	(646)	-
	(29.782)	(20.346)
	(11.925)	6.812

13 Instrumentos financeiros

a Considerações gerais

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros básicos cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

Descrição	Classificação	2018	2017
Ativos financeiros			
Disponível		33.809	16.534
Aplicações financeiras	(i)	251.311	288.977
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		139.455	127.402
		424.575	432.913
Passivos financeiros			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		833	6.223
Débitos de operações de assistência à saúde		275	-
Tributos e encargos sociais a recolher		24.294	20.977
Débitos diversos		89.177	94.997
		114.579	122.197

Classificação:

(i) Ativo financeiro na categoria de valor justo por meio do resultado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade

O processo de gerenciamento de risco é conduzido pela diretoria e demais colaboradores, através de estratégias formuladas para identificar, em toda a Empresa, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o risco desejado. Este processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos. A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, liquidez, crédito e operacional.

▪ Risco de subscrição

Riscos de oscilação da provisão de eventos. Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de planos de saúde, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial. Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Empresa possui os seguintes procedimentos: testes de consistência das metodologias de constituição das provisões; e acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas.

▪ Risco de liquidez

Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da existência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar este risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

- Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Empresa às concentrações de risco de crédito consistem primeiramente em instituições financeiras e contas a receber. A Empresa mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras, aprovadas pela Administração de acordo com os critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. O risco de crédito associado ao saldo de contas a receber é reduzido em virtude da pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. Os riscos de crédito das instituições financeiras decorrem, principalmente, da incapacidade de não cumprirem suas obrigações financeiras com a Empresa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Os recursos da Empresa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

- Risco operacional

É a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. O processo de gestão de riscos é conduzido pela administração da Empresa e está estruturado da seguinte forma: identificação dos riscos, mensuração e avaliação, resposta ao risco (mitigação e controle), monitoramento e reporte.

14 Cobertura de seguro

A Administração da Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***